

A RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO FRENTE AO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Lavínia Melo Martins¹

Teodolina Batista da Silva Cândido Vitório²

RESUMO

Este trabalho trata da Lei de Execução penal e as políticas públicas no processo de ressocialização do preso diante de falhas extremamente complexas. Questiona-se: quais são as limitações enfrentadas pela realidade brasileira que impedem a ressocialização do preso e como consequência ocasiona o aumento da reincidência? Sendo assim, o objetivo central do trabalho é investigar em que medida estão sendo concretizados os direitos estabelecidos pela LEP aos presos e a repercussão do não alcance desse resultado na ressocialização do apenado. Como procedimento metodológico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica. Conclui-se que para que se alcance de maneira eficiente a implementação de políticas públicas capazes alcançar a ressocialização do preso é necessário um trabalho em equipe, de maneira que Estado e sociedade se unam e apostem nesse propósito, investindo na educação, qualificação profissional e adaptações do preso, para que quando solto tenha meios para construir e ter uma vida digna.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema penitenciário. Direito do preso. Lei de execução penal. Estado. Sociedade.

ABSTRACT

This work deals with the Criminal Execution Law and public policies in the process of prisoner resocialization in the face of extremely complex failures. The question is: what are the limitations faced by the Brazilian reality that prevent the resocialization of prisoners and, as a consequence, cause an increase in recidivism? Therefore, the central objective of the work is to investigate the extent to which the rights established by the LEP for prisoners are being implemented and the repercussions of not achieving this result on the resocialization of the prisoner. As a methodological procedure, bibliographic research was used. It is concluded that in order to efficiently achieve the implementation of public policies capable of achieving the resocialization of prisoners, teamwork is necessary, so that the State and society come together and commit to this purpose, investing in education, professional qualifications and adaptations. of the prisoner, so that when released he has the means to build and have a dignified life.

KEYWORDS: Penitentiary system. Prisoner's rights. Criminal enforcement law. State. Society.

¹ Graduada em Direito pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (Fadivale).

² Pós-Doutora em Direito pela Università degli Studi di Messina, Itália. Doutora em Direito pela PUC/MG. Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho/RJ. Especialista em Mediação e Gestão de Conflitos pelo CNJ em parceria com a Fundação Nacional de Mediação de Conflitos (FNMC) e Fadivale. Especialista em Direito Público, Civil e Processual Civil e Bacharel em Direito pela Fadivale. Graduada em Teologia pela Escola Superior do Espírito Santo (ESUTES). Advogada. Mediadora. Teóloga. E-mail: contato@silvavitorioadv.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7717907490879005>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO. 2 PROCESSO HISTÓRICO DO MODELO PRISIONAL. 2.1 A EVOLUÇÃO DO MODELO PRISIONAL AO LONGO DOS ANOS. 2.2 O PROCESSO HISTÓRICO DO MODELO PRISIONAL NO BRASIL. 2.3 A FINALIDADE DA PENA E O OBJETIVO DA PRISÃO. 3 O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO EM NÚMEROS. 4 A LEI DE EXECUÇÃO PENAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM BUSCA DA RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO. 4.1 CONCEITO DE RESSOCIALIZAÇÃO E POLÍTICA PÚBLICA. 4.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS ALMEJADAS PELA LEI DE EXECUÇÃO PENAL E A REALIDADE CARCERÁRIA. 4.3 O PRECONCEITO E OS ESTIGMAS DO INDIVÍDUO ENCARCERADO. 4.4 O NÃO ALCANCE DA RESSOCIALIZAÇÃO E COMO CONSEQUÊNCIA A REINCIDÊNCIA. 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS. REFERÊNCIAS.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa contempla “A ressocialização do preso frente ao sistema penitenciário brasileiro”. De forma delimitada, aborda as dificuldades presentes no atual sistema carcerário para a aplicação de forma eficiente das políticas públicas ao ponto de alcançar, com vigor, a ressocialização do apenado, de forma que este não volte a delinquir e consiga reconstruir sua vida após cumprida sua sentença.

Busca-se evidenciar a importância da aplicação das políticas públicas dentro do sistema carcerário, frente as diversas limitações presentes no Brasil, objetivando a ressocialização do apenado. Rossini (2015, p. 3) define a ressocializar como: “dar ao preso o suporte necessário para reintegrá-lo a sociedade. É buscar compreender os motivos que o levaram a praticar tais delitos, é dar a ele uma chance de mudar, de ter um futuro melhor independente daquilo que aconteceu no passado.”.

Neste contexto, questiona-se: quais são as limitações enfrentadas pela realidade brasileira que impedem a ressocialização do preso e como consequência ocasiona o aumento da reincidência?

Dessa forma, o estudo trabalha com a hipótese de que a Carta Magna proíbe penas cruéis, cumprir a pena em condições com o mínimo existencial para a vida humana é o básico que deve ser proporcionado a qualquer pessoa. O objetivo da Lei de Execuções Penais é a aplicação de penas mais humanitárias, com o fim ressocializador, para alcançar tal fim, é necessário um trabalho em equipe, no qual envolverá a sociedade, o Estado e o indivíduo.

A importância do tema se justifica pela necessidade que se têm de evidenciar a necessidade da aplicação de políticas públicas adequadas para realizar o verdadeiro alcance ao qual a LEP se compromete, qual seja, a ressocialização dos apenados.

Alcançando tal feito, haverá um benefício duplo, para a sociedade em geral com a redução da criminalidade e, para aquele que cumpriu sua pena, de modo a conferir-lhe condições de levar uma vida digna quando sair do estabelecimento prisional.

Como procedimento metodológico, utilizou-se de fonte indireta, valendo-se da pesquisa bibliográfica com a finalidade de proporcionar melhores e mais precisas informações sobre o tema.

O texto está dividido em quatro partes, além desta introdução. O capítulo dois descreve o processo histórico do modelo prisional, bem como, a finalidade da pena e prisão. O terceiro apresenta o sistema carcerário em números. O capítulo quatro destaca a Lei de Execuções Penais e as políticas públicas em busca da ressocialização do apenado. As conclusões são feitas no capítulo cinco.

2 PROCESSO HISTÓRICO DO MODELO PRISIONAL

2.1 A EVOLUÇÃO DO MODELO PRISIONAL AO LONGO DOS ANOS

Silva (2019) ensina que, ao longo da história a humanidade vem carregando consigo conceitos e valores sobre determinadas atitudes ou fatos, e através da evolução, as punições devem ser vistas e analisadas com relação a cada época, pois seu conceito nem sempre foi o mesmo. Oliveira (2018, p. 2) ensina que “não tem como reconhecer uma data de início da pena na história da humanidade, portanto, existem fatores históricos que dão uma ideia do seu início”.

Aproximadamente 4000 a.C. até, por volta do século V, a igreja católica é quem ditava as normas, influenciando as vidas dos povos primitivos, pois, acreditava-se que os deuses criavam as leis e, quando contrariados, alguém deveria ser punido (Bitencourt, 2010; Moura; Meneguetti; Soares, 2009 *apud* Silva 2019). Oliveira (2018) destaca que, na Idade Antiga a influência da religião tomou força entre os povos daquela época, acreditava-se fielmente que a paz adivinha dos deuses. Bitencourt (2010 *apud* Silva, 2019, p. 19) “destaca que as punições tinham cunho religioso e que os sacerdotes aplicavam o castigo no intuito de “purificar a alma”.

Já em 1680 a.C., esclarece Bezerra (2015) que:

Com a Lei de Talião, registrada pelo Código de Hamurabi, em 1680 a.C. mesmo que de forma insuficiente, estabeleceu-se a proporcionalidade entre a conduta do infrator e a punição, consagrando a disciplina de dar vida por

vida, olho por olho e dente por dente. Surgiu assim a equivalência entre a ofensa e o castigo penal, porém as penas continuavam avassaladoras, públicas e degradantes, prevalecendo a infâmia, as agressões corporais e a pena de morte.

Segundo Silva (2019, p. 20) “na Idade Média (período entre os séculos V e XV) o povo temia a lei penal e, por isso, buscava seguir fielmente as ordens estabelecidas pelo rei. [...]”.

Bezerra (2015), ensina que durante a Idade Média, a punição foi inspirada pelos Tribunais de Inquisição, período em que a pena se dava através de suplícios cruéis, como a fogueira, estrangulamento e outras formas. “As celas eram pequenas, escuras e não havia passagem de ar. Era um ambiente sombrio e insalubre com possibilidades de contaminação por doenças. [...]” (Silva, 2019, p. 20).

Ensina Santos *et al.* (2009 *apud* Silva, 2019) que a prisão como pena surgiu a partir da segunda metade do século XVI objetivando substituir os castigos corporais, buscando submeter às pessoas encarceradas uma mudança psíquica e moral. “As casas de correção que foram abertas na Europa nos séculos XVI e XVII estavam voltadas principalmente para prevenir e corrigir “hábitos perniciosos”, não se constituindo ainda estabelecimentos para cumprimento de pena” (Gouvea, 2018).

No século XVII, o Estado acreditava que ao castigar a miséria através do trabalho, com o corpo cansado, o sujeito não poderia ter maus pensamentos e poderia se arrepender dos seus atos passados (Foucault, 1997 *apud* Silva, 2019).

Após tal período, através da influência do iluminismo, instituiu-se a idade moderna (século XVIII), marcado pelos estudos e trabalhos de Cesare Bonesana, Marquês de Beccaria, como “Dos Delitos e das Penas”, publicada em 1764 (Dorigon, 2017). Fora o inglês John Howard, segundo Bitencourt (2010 *apud* Silva 2019, p. 22), “[...] o responsável por humanizar e racionalizar as penas através de condições mais adequadas ao preso no século XVIII”.

A sociedade estava cansada das punições cruéis e arbitrárias e, junto a Revolução Francesa, foi criada a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, no qual trouxe penas mais brandas e julgamentos mais justos (Dorigon, 2017). “No início do século XIX, a pena de prisão mostrou-se como um meio adequado para reformar o delinquente, constituindo uma evolução para época.” (Bezerra, 2015, p. 3). Ensinam Bitencourt e Santos *et al.* (2009 e 2010 *apud* Silva 2019) que se começou a pensar em um modo de progressão de pena, no qual calculava-se da pena

através do trabalho e do bom comportamento durante o período em cárcere.

Em suma, o percurso histórico da aplicação da pena é uma evolução simultânea às relações humanas, sendo constatado que a punição com a pretensão exclusiva de castigar sempre resultou em crise, dando azo às penas alternativas à prisão (Bezerra, 2015).

2.2 O PROCESSO HISTÓRICO DO MODELO PRISIONAL NO BRASIL

Bitencourt (2010 *apud* Silva 2019) ensina que no Brasil, anterior a 1500, os povos penalizavam os integrantes de suas tribos com a expulsão deixando-os vulneráveis, mas em 1500 as leis de Portugal passaram a dominar as regras. “No período colonial brasileiro (século XVIII e início do século XIX), as prisões existentes serviam apenas para punir e isolar o sujeito da sociedade [...]” (Chazkel, 2017 *apud* Silva, 2019, p. 24).

Merece destaque a prisão do Aljube, no Rio de Janeiro, no qual se localizava no Morro da Conceição, conforme ensina Gouvea (2018), era um cárcere eclesiástico e apresentou um caso emblemático de superlotação, iniciando o problema de saúde. “O ambiente dessa unidade não tinha estrutura física adequada, nem sanitária, para manter os sujeitos encarcerados. Era comum a proliferação de doenças e a morte pela falta da circulação de ar e por higiene inadequada” (Pinheiro; Gama, 2016; Santos *et al.*, 2009 *apud* Silva 2019, p.24). Ensina Gouvea (2018) que a precariedade e insalubridade das instalações carcerárias se mantiveram até seu fechamento em 1856.

Fora no ano de 1940, segundo Santos *et al.* (2009 *apud* Silva 2019), que o governo brasileiro passa a ter o regime de pena progressivo. Machado (2021) leciona que com o objetivo de diminuir violações e proporcionar ao apenado uma mínima garantia de seus direitos, foi em a Lei 7.210/1984 que se normalizou a jurisdicionalização da execução penal (LEP). Em mesma linha de raciocínio Silva (2019) destaca que foi através da LEP que o sistema penal brasileiro direcionou um tratamento para com os presos, que respeitasse os direitos humanos. “A reforma de 1984 direciona o foco da finalidade ressocializadora da pena à fase de execução penal (concepção limitada da ressocialização)” (Anjos, 2021, p. 57).

Dorigon (2017) ensina que a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção Americana de Direitos Humanos, proíbem penas cruéis e foram

recepcionadas pela Magna Charta.. Destaca Araújo (2021) que decorre daí o impedimento de que qualquer indivíduo seja condenado à pena que implique tratamento degradante ou desumano e que, viole diretamente a sua dignidade.

Esclarece Dorigon (2017), ainda, que:

A Constituição Federal também prevê diversos Princípios relativos às penas, apontando como os mais relevantes o: Reserva Legal e Anterioridade (art. 5º, XXXIX); Princípio da Personalidade (art. 5º, XLV); Princípio da Humanidade (art. 5º, XLIX e XLVII); e Princípio da Individualização da Pena (art. 5º, XLVI).

Mencionados comandos legais foram assim erigidos porque seu objetivo central é conferir à pena um caráter não somente punitivo mas sobretudo pedagógico e ressocializador permitindo ao ser humano uma nova e promissora oportunidade de reconstruir seu caminho e refazer a sua rota.

2.3 A FINALIDADE DA PENA E O OBJETIVO DA PRISÃO

É importante ressaltar a finalidade da pena e qual o objetivo do Estado com a prisão do indivíduo. Esclarece Bonfim Filho (2019) que a finalidade da pena é a efetivação dos dispositivos de sentença penal condenatória e especialmente, a ressocialização do sentenciado, que visa justamente amenizar o problema social da prisão, os males que o encarceramento causa ao sentenciado.

Já a prisão, conforme apontado por Goffman; Foucault (2005, 1977 *apud* Picolotto, 2019, p. 34):

A prisão preexiste com o objetivo de punição do sujeito desviante com a perda de sua liberdade, exercendo um papel de disciplinamento dos indivíduos, regulando e padronizando as atividades cotidianas, a fim de modificar a personalidade individual infracional. Ela busca classificar e dividir os indivíduos, colocando-os regras e, naquele espaço intramuros, demonstrar-lhes o choque dos valores sociais desrespeitados.

Assis (2007, p. 2) ensina que “A Constituição Federal procura velar pela integridade física e dignidade dos aprisionados, tendo sido expressa ao assegurar “o respeito à integridade física dos presos” (art. 5º, XLIX).”. “[...] Todavia, as prisões começaram a sofrer problemas que são conhecidos atualmente, como superlotação, índices elevados de periculosidade e insalubridade” (Medeiros, 2017 *apud* Picolotto, 2019, p. 34).

3 O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO EM NÚMEROS

Conforme os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, em números e estatísticas (coletados ao final de 2022), a população carcerária brasileira encontra-se com um total de 832.295 presos (Brasil, 2022). Observa-se que há uma grande maioria de pessoas do sexo masculino em cárcere, conforme Quadro 1:

Quadro 1 – População carcerária – gênero. 2022

Gênero	Total
Homens	781.481
Mulheres	45.259

Fonte: Brasil, 2022.

Ressalta-se que no Quadro 1, que em relação aos presos “polícia e segurança Pública” que não foram colocados na tabela acima destacada, que os dados são de 5.426 do sexo masculino e 129 do sexo feminino (Brasil, 2022).

O Quadro 2 apresenta o regime em que se encontram, com destaque para quantidade de pessoas presas sem condenação (Brasil, 2022).

Quadro 2 – Distribuição dos presos por regime e sem condenação.

Regime em que se encontram	Total	Homens	Mulheres
Presos sem condenação	205.132	192.400	12.732
Em regime fechado	331.579	318.115	13.464
Em regime semiaberto	179.410	169.294	10.116
Em regime aberto	107.999	99.228	8.771
Em medida de segurança - internação	1.869	1.727	142
Em medida de segurança - tratamento ambulatorial	751	717	34

Fonte: Brasil, 2022.

Nascimento (2022), destaca, ainda, que em relação ao grau de escolaridade dos presos:

Quadro 3 - Grau de escolaridade dos presos.

Grau de escolaridade	Números
Não completaram o ensino fundamental	317.542
Não completaram o ensino médio	101.793
São alfabetos	18.711
Completaram o ensino médio	66.866
Têm o ensino superior completo	4.181

Fonte: Nascimento, 2022.

Importante, observar que o total de números de vagas conforme disponibilizado pelo próprio site federal é de 596.442, assim sendo, os sistemas penitenciários, excedem um total de 235.853 (Brasil, 2022).

4 LEI DE EXECUÇÃO PENAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EM BUSCA DA RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO

4.1 CONCEITO DE RESSOCIALIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nas palavras de Rossini (2015, p. 3):

Ressocializar é dar ao preso o suporte necessário para reintegrá-lo a sociedade, é buscar compreender os motivos que o levaram a praticar tais delitos, é dar a ele uma chance de mudar, de ter um futuro melhor independente daquilo que aconteceu no passado.

A ressocialização tem o propósito de oferecer dignidade, tratamento humanizado, conservando a honra e a autoestima do apenado, fornecendo acompanhamento psicológico, projetos de profissionalização e priorizando os direitos básicos do condenado (Pessoa, 2015). Para Santana (2016 *apud* Silva 2019, p. 43), o surgimento da ressocialização veio com a ideia de que, através do encarceramento, o sujeito corrigido pode refletir sobre o seu comportamento e, assim, tornar-se apto para conviver socialmente. Nas palavras de Silva (2008 *apud* Picolotto, 2019, p. 29) “[...] é conseguir que o recluso saia da sociedade paralela vivida até então, seguindo os valores considerados pela sociedade “normal” adequados, com definições de certo e errado”.

“Políticas Públicas, entretanto, são aqueles projetos e ações realizadas pelo Governo nos diversos setores e seu objetivo é atender toda a população, incluindo os

mais pobres” (Oliveira, 2012 *apud* Silva 2019, p. 27). Segundo Caldas, Crestana (2005 *apud* Picolotto, 2019, p. 31), “política pública pode ser conceituada como a forma do governo buscar solucionar problemas que em certo momento os cidadãos e o Estado consideram prioridade ou de interesse público”. Nas palavras de Bonfim Filho (2019, p. 57) “[...] tem-se a política pública como instrumento e meio de obtenção de resultados que devem caminhar em compasso com o bem-estar social, sendo pensadas, planejadas, construídas e aplicadas de forma eficaz e racional para a resolução dos problemas do cotidiano dos cidadãos”.

4.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS ALMEJADAS PELA LEI DE EXECUÇÃO PENAL E A REALIDADE CARCERÁRIA

Nas palavras de Pessoa (2015 *apud* Picolotto 2019, p. 31): “[...] a forma de combate para redução da reincidência e aumento da ressocialização eficaz é através de políticas públicas e pela força de vontade do próprio apenado”.

O sistema prisional brasileiro é regido pela Lei de Execução Penal (Brasil, 2008), que regulamenta as políticas de atenção aos encarcerados garantindo, direitos, como a assistência material, a saúde, assistência jurídica, social, educacional e religiosa (Silva, 2019). A LEP, é profundamente influenciada pelas Regras Mínimas da ONU para Tratamento de Reclusos e pelo movimento político-criminal da “Nova Defesa Social”, é o que se extrai da exposição de motivos da referida lei, em seu (item 69 e s) (Anjos, 2021, p. 58). “A Constituição Federal de 88 foi responsável por estabelecer os primeiros dispositivos acerca dos direitos e dos deveres dos indivíduos que tiveram a restrição de sua liberdade em virtude de conduta considerada criminosa” (Vasconcelos, 2017, p. 4).

Como apontado por Anjos (2021) há notável avanço legislativo quando se compara a LEP, ao sistema anterior à sua vigência, sendo mais humanista, prevendo uma série de obrigações ao condenado e ao Estado, que, constituem um sistema razoável, coerente e mesmo útil para o corpo social.

A Lei 7.210/84 (LEP), em seu artigo 1º, dispõe que: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (Brasil, 1984). “É digno de nota que a finalidade de ressocialização prevista no art. 1º permeou a estrutura da maior parte dos institutos previstos na lei sob análise” (Anjos, 2021, p.

57).

Dispõe o artigo 3º da LEP que: “Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei” (Brasil, 1984). Conforme apontado por Pessoa (2015) significa dizer que mesmo o preso estando privado de sua liberdade, possui direitos, os quais devem ser priorizados para que realize o processo de reinserção de maneira positiva. Ensina Picolotto (2019) que nos arts. 10 e 11 da LEP há a introdução da assistência aos reclusos, estando em consonância com o que determina a ONU. Conforme se extrai do art. 10, “[...] a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.”, bem como, do art. 11 da mencionada Lei: “A assistência será: I – material; II – à saúde; III – jurídica; IV – educacional; V – social; VI – religiosa” (Brasil, 1984).

O art. 12 da LEP, assim dispõe: “a assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas” (Brasil, 1984). Observa Marcão (2012 *apud* Silva, 2019, p. 28) que a realidade é bem diferente do que dispõe a lei, pois o Estado até fornece os alimentos, entretanto, nem sempre são adequados.

“As condições do sistema prisional atentam contra a mínima dignidade da pessoa humana, no qual pessoas amontoadas em pequenos espaços de confinamento, sem qualquer condição de higiene, alimentação, educação e trabalho adequado” (Muraro, 2017). Aponta Machado Junior e col. (2014 *apud* Silva 2019, p. 28) que a falta de estrutura dentro dos presídios é enorme, além disso, “as condições de higiene são precárias e deficientes, o que pode contribuir para a proliferação de doenças”.

Afirma Paschoal (2003 *apud* Anjos, 2021, p. 81) que:

[...] as exigências legais de salubridade, espaço físico, atribuição de trabalho etc., durante o cumprimento da pena de prisão, não estão relacionados a uma suposta finalidade de recuperação, mas sim ao respeito à dignidade humana exigido, melhor dizendo, garantido, pela Constituição Federal, já em seu primeiro artigo.

Nesse contexto, é necessário ressaltar que a consolidação do respeito à dignidade da pessoa humana é requisito imprescindível para se obter a concretização do Estado Democrático de Direito no Brasil (Anjos 2021, p. 81). Conforme afirma Machado Junior e col. (2014 *apud* Silva, 2019, p. 4) “o Princípio da Dignidade da

Pessoa Humana garante, de modo obrigatório, o respeito, a identidade e a integridade de todo ser humano, exige que todos sejam tratados com respeito”. Nesse sentido, é elucidativa a normativa internacional inserta no art. 10º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, que foi devidamente ratificado pelo Brasil: “Todos os indivíduos privados na sua liberdade devem ser tratados com humanidade e com respeito da dignidade inerente à pessoa humana” (Salert, 2008 *apud* Anjos, 2021, p. 82).

O art. 14, LEP estabelece “direito de uma assistência à saúde mais preventiva e curativa através de atendimentos médico, farmacêutico e odontológico” (BRASIL, 2008). É o que ensina Pessoa (2015) afirmando que a assistência material, médica, jurídica, educacional, religiosa e social (artigo 11, da LEP) são direitos inerentes e indispensáveis a qualquer cidadão, inclusive aos presos, internados e egressos. “Importante ressaltar que a promulgação da LEP se deu em um período anterior à criação do SUS, necessitando medidas e ações para garantir o acesso à saúde dos encarcerados” (Silva, 2019, p. 30).

Silva (2019) ainda ensina que:

Em 2003 criou-se a PNSSP complementando a LEP e garantindo o acesso à saúde do encarcerado respeitando o SUS. Em 2014, para maior cobertura à saúde integral a todas as unidades prisionais de todos os regimes passou a vigorar o PNAISP (Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional) e a PNAMPE (Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional).

Machado Junior e col. (2014 *apud* Silva 2019) ressaltam que existem diversas doenças que se alastram nos presídios, porém, são tardiamente diagnosticadas e tratadas, isso porque os presídios encontram-se em estado de superlotação e condições de higiene e saúde precárias. “Nas celas o que se vê é um amontoado de presos disputando um espaço, sendo obrigados a conviverem no meio de lixo, insetos e esgotos abertos, sujeitos aos mais diferentes tipos de doenças” (Rossini, 2015, p. 3).

Picolotto (2019) ressalta que encontra-se previsto na Declaração Universal de Direitos Humanos, em seu artigo 26, bem como na Carta Magna (art. 6º), o direito a educação. Além disso, é possível extrair tais obrigações da seção V, da LEP que dispõe que deverão ser ofertados aos reclusos: instrução escolar e formação profissional, convênios com entidades públicas ou particulares e uma biblioteca com

livros instrutivos, recreativos e didáticos (Brasil, 2008).

A educação nas prisões tem como finalidade a qualificação do indivíduo para que ao sair da prisão tenha melhores oportunidades, afinal, nos dias de hoje o estudo é considerado um requisito fundamental para entrar no mercado de trabalho (Rossini, 2015). Em mesma linha de raciocínio ensina Picolotto (2019, p. 38) “As atividades educacionais devem exercer uma influência positiva na vida do apenado, a fim de proporcionar condições para que o mesmo construa um novo projeto de vida, a fim de que a retome em sociedade após o cárcere”.

Importante destacar o ensina Picolotto (2019, p. 33):

Pensar em políticas públicas relacionadas a implantação de atividades educacionais dentro de um ambiente prisional significa ter como referência a peculiaridade do espaço, a rigidez de normas e regras a fim de resguardar a segurança tanto dos docentes que lá estarão, quanto de todos os profissionais que se envolvem nesse trabalho e as especificidades dos indivíduos que usufruirão dessa política (ONOFRE; JULIÃO, 2013). Mas também, imaginar essa educação dentro de uma prisão constitui aplicar uma das políticas públicas já elencadas em lei própria, ou seja, a Lei de Execução Penal.

Importante ressaltar que, como observado por Rossini (2015) no art. 126, parágrafo 1º, inciso I da LEP encontra-se disposto o direito à remissão para aqueles que estudam. Conforme exposto abaixo:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. §1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de: I – 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar – atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional – divididas, no mínimo, em 3 (três) dias (Brasil, 2011).

Bonfim Filho (2019) destaca que na Exposição de Motivos da LEP, encontra-se em diversos pontos, o desejo da implementação de trabalho para a pessoa presa, entendendo ser fundamental para a saída do condenado em condições de reintegração social. Conforme art. 126, da LEP, através do trabalho é possível a remissão da pena: “O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena., onde para cada três dias de trabalho, um será descontado” (Brasil, 1984). O trabalho prisional contribui para a formação da personalidade do indivíduo, oferecendo ao recluso dinheiro para ajudar sua família, bem como, com suas necessidades,

possibilitando ao detento maior oportunidade após adquirir liberdade (Rossini, 2015).

“Nota-se no artigo 41, da LEP, que o sujeito que se encontra cumprindo pena privativa de liberdade tem o direito a uma série de assistência social como o princípio de todo o processo de reabilitação” (Pessoa, 2015, p. 11). Conforme observado por Bonfim Filho (2019), a Exposição de Motivos da Lei de Execuções Penais (itens 13 e 14) esclarece que a pretensão da LEP é de proteger os bens jurídicos do sentenciado, bem como, o reincorporar de maneira efetiva no meio social. Fato é, que a realização de políticas públicas no interior das prisões, bem como, o cumprimento de maneira efetiva da Lei de Execução Penal contribuirão com resultados extremamente positivos tanto para o apenado quanto para a sociedade (Pessoa, 2015).

Porém, na prática, há um enorme vácuo em razão da escassez de recursos financeiros e humanos para a execução de políticas públicas que possam efetivar os direitos assegurados pela Constituição Federal e pelas leis infralegais (Vasconcelos, 2017, p.12). Os dispositivos da LEP não atingem completamente o intuito do legislador, pela morosidade crônica dos órgãos de execução, pelas dificuldades burocráticas, pela ausência de estrutura, dentre outros motivos” (Brito, 2011 *apud* Anjos, 2021, p. 58).

4.3 O PRECONCEITO E ESTIGMAS DO INDIVÍDUO ENCARCERADO

“A sociedade possui leis e condutas próprias, que ditarão como o indivíduo em sociedade deve se comportar, porém, pode haver um confronto do indivíduo para com essas normas, agindo o indivíduo à sua maneira, não respeitando o que fora instituído” (Lane, 2009 *apud* Silva, 2019 p. 39). Segundo Jacques (2003 *apud* Cruz, 2010, p. 2) “para a Psicologia Social, a identidade é considerada como um conjunto de traços, de imagens, de sentimentos que o indivíduo reconhece como fazendo parte dele próprio”. “A exclusão social é um assunto que sempre esteve presente no mundo. Está diretamente ligada às questões de discriminação, preconceito, desigualdade social e estigmas e que interferem nas relações sociais” (Melo; Paese, 2013 *apud* Silva, 2019, p. 40).

Em relação a criminalidade, nota-se que o crime está fortemente presente na sociedade e, que o agente do crime é constituído como ser histórico-cultural, interagindo na sociedade através da prática de delitos, identificando-se uma cultura do crime (Cruz, 2013). “No Brasil, crê-se que a criminalidade está associada à

pobreza, sendo o estereótipo de delinquente, preferencialmente designado ao pobre.” (Duarte, 2008 *apud* Cruz, 2013, p. 4) “Dessa forma, depois que o sujeito é acometido pelo preconceito do outro, ele pode carregar crenças a respeito de si mesmo, que podem influenciar seus comportamentos e seu modo de pensar, gerando sofrimento e isolamento” (Silva, 2019, p. 41). “No campo da criminalidade o *habitus* ou a reiterada prática de crimes pode desenvolver no indivíduo a percepção de que ele pertence ao estrato marginal ou ao grupo de indivíduos que a sociedade denomina como criminoso” (Cruz, 2013, p. 3).

Melo (2000 *apud* Silva 2019, p. 42) define estigmas como sendo “padrões criados pela sociedade, onde o indivíduo deve se adequar a seu grupo de pertença e passa a não ser bem-visto quando age de forma contrária a este grupo”. Silva (2019) observa que, trazendo este conceito para a realidade da população carcerária, é nítido a estigmatização dos encarcerados em relação à sociedade, que os rotula, colocando-os, indiretamente, no papel de marginalizados.

Tornou-se comum, falar sobre a falência da pena de prisão, bem como, sobre seu efeito criminológico, uma vez que a prisão em vez de acabar com a criminalidade parece estar estimulando-a (Dorigon, 2017). Em mesma linha de raciocínio, Pessoa (2015, p. 23) destaca que “o padrão disciplinar imposto pelo sistema penitenciário brasileiro é visto pela sociedade como um sistema falido que em vez de cumprir seu papel ressocializador, consegue transformar o preso numa criatura ainda mais delinquente”. Dorigon (2017, p. 8) também segue tal entendimento, afirmando que “(...) A superlotação, condições desumanas e a convivência contínua com outros criminosos mais perigosos tornam os presídios verdadeiras universidades do crime”.

4.4 O NÃO ALCANCE DA RESSOCIALIZAÇÃO E COMO CONSEQUÊNCIA A REINCIDÊNCIA

Conforme se extrai do art. 63, do Código Penal reincidência é “quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no país ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior” (BRASIL, 1941). Nas palavras de Aurélio (1999 *apud* Picolotto, 2019, p.30) “reincidência, por sua vez, é o ato ou efeito de reincidir; recair, perpetrar, depois de condenado, novo crime ou contravenção, da mesma natureza ou não do anterior”.

O artigo 10, da LEP declara: “A assistência ao preso e ao internado é dever

do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” (BRASIL, 1984). “Em outras palavras, é obrigação do Estado evitar que o crime aconteça e oportunizar a reinserção do indivíduo a sociedade” (Pessoa, 2015, p. 26) O citado dispositivo estabelece ao Estado, o dever de garantir ao condenado após o cumprimento da pena de prisão, assistência (material, de saúde, jurídica, educacional, social e religiosa), bem como, orientação para o seu retorno em sociedade (Anjos, 2021, p. 82).

Válido, ainda, destacar o art. 25 da Lei 7.210/84 (LEP), que assim dispõe: “a assistência ao egresso consiste: I – na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade; II – na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 2 (dois) meses” (Brasil, 1984).

Costa (2020, p. 4) conceitua ressocializar como:

Ressocializar ou ressocialização tem como significado a inserção na sociedade, processo de ressocializar, de voltar a pertencer, a fazer parte de uma sociedade. Na área do Direito Penal a palavra seu sentido voltado para reeducação social do apenado durante e após o cumprimento de pena, abrangendo um conjunto de ações que tem como objetivo a readaptação do preso na sociedade, contribuindo para melhoria do custodiado nos aspectos psicossociais, profissionais e educacional, com finalidade de inibir qualquer ato de reincidência.

“A reinserção do detento pode se dá mediante as atividades laborais desenvolvidas pelos presos, pautando tais atividades na condição pessoal do detento, ou seja, nas suas aptidões e nas suas necessidades futuras” (Vasconcelos, 2017, p.11). Silva (2019) esclarece que o Equipamento de Segurança Pública responsável pelo atendimento desses indivíduos são os Patronatos. Segundo a LEP, em seu art. 78: “O Patronato público ou particular destina-se a prestar assistência aos albergados e aos egressos” (Brasil, 2008).

Destaca, Silva (2019, p. 46) que “No atendimento técnico são muito comuns as queixas de dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal”. Conforme ensina Anjos (2021) são comuns as dificuldades para obter emprego por pessoas que já tiveram qualquer tipo de envolvimento com a justiça criminal, até mesmos casos de simples inquéritos arquivados. Pessoa (2015) afirma que a falta de programas sociais de reabilitação, somado ao preconceito estigmatizador da sociedade e as condições desumanas das prisões, acarreta consequências graves para o condenado e para a sociedade. Esse conjunto de fatores dificulta a necessária e humanitária reinserção

do detento ao convívio social auxiliando de forma direta o aumento da reincidência no país que já sofre com os altos índices de criminalidade (Rossini, 2015, p. 8).

“Com base nos dados do relatório final da CPI do sistema penitenciário em julho de 2008, no Brasil já se estimou que a reincidência dos submetidos à pena de prisão situava-se entre 47% e 85%” (Sica 2008 *apud* Anjos 2021, p. 76). Pessoa (2015, p. 25) destaca que:

Um ambiente promíscuo, como é a realidade carcerária, é inviável e praticamente impossível, no entendimento da sociedade, conseguir a regeneração do preso. No momento atual, é comprovado que o sujeito ao ser preso, em vez de ser reeducado, regenerado, tornam-se piores e menos favoráveis a se recuperarem e voltarem para o meio social.

Fato é, que nas condições em que se encontram as penitenciárias não é possível a implementação satisfatória de políticas públicas, como a qualificação para o trabalho e, como consequência dessa não implementação, há a reincidência penal. (Bonfim Filho, 2019, p.110). “Diante desses resultados, o cidadão acaba por não acreditar mais na política penitenciária voltada à ressocialização da pessoa presa”. (Bonfim Filho, 2019, p.111) Diversas são as situações vexatórias vivenciadas pelos encarcerados no Brasil, condições extremamente deprimentes, comprovando a impossibilidade de se recuperar alguém que esteja preso nestas circunstâncias (Pessoa, 2015). Com uma proposta de solução para tais problemas, destaca Novo (2018, p. 5-6):

Verifica-se, assim, que a estrutura do sistema carcerário está voltada unicamente para o castigo, sendo reiteradamente descumpridos os tratados internacionais de direitos humanos, a Lei de Execuções Penais, bem como a Constituição Federal. Fato é, que não é nada inteligente a atitude de manter em cárcere uma pessoa por longo período, no qual é submetida a toda espécie de desrespeito e depois “libertá-la”. Deve ser feito algo no curso do cumprimento da pena, objetivando o desenvolvimento da pessoa para um melhor convívio social munida de valores, fazendo com que essa não opte e não tenha interesse pelo caminho da reincidência.

Pessoa (2015, p. 25-26) ensina que:

É importante ressaltar que a Lei existe, mas o que falta é a sua efetiva aplicação. O Estado está esquecendo-se de cumprir seu papel que é oferecer meio para restaurar o sujeito que se encontra preso e dar oportunidade para as classes menos favorecidas que vivem em situação economicamente precária levando-os a delinquir e com isso aumentar a população da cadeia.

Dorigon (2017), ensina que, é necessário a readaptação do preso através do

convívio social, medidas educativas e acompanhamentos psicológicos, deve o atual meio utilizado ser reanalisado, pois grande parte dos condenados voltam a delinquir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei de Execuções Penais foi criada, conforme observado e explanado ao longo do presente trabalho, visando diminuir as taxas de reincidência penal e ressocializar o preso, através de um tratamento humanizado, possibilitando oportunidades de estudo e trabalho, para que o detento, quando solto e em liberdade, tenha obtido uma boa qualidade de ensino, e também, uma adequada qualificação profissional em cárcere. Ou seja, a LEP, também, está direcionada aos benefícios garantidos ao apenado além dos muros da prisão, buscando proporcionar uma melhor aceitação do indivíduo em liberdade, desde sua convivência no meio social à sua capacidade de adaptação no mercado de trabalho. Entretanto, quando o olhar se volta para a realidade brasileira e, de seus presídios, verifica-se que embora haja a Lei de Execuções Penais, bem como, leis complementares, tais disposições ainda não são e estão longe de ser implementadas de forma satisfatória.

A não aplicação das políticas públicas de forma eficiente, a constante exposição do encarcerado a ambientes insalubres e vexatórios, os conflitos diários ocasionados por outros detentos devido a guerra de facções, entre outros motivos, faz com que tais indivíduos não só sejam privados de sua liberdade, mas também, de todos os direitos que pela Carta Magna são garantidos aos cidadãos brasileiros, estando expostos intensamente à condições precárias desumanas, que vão de materiais à psicológicas.

Mesmo com a tentativa de uma organização do sistema, com diversos investimentos estratégicos de divisões, que ao final se mostraram ineficientes, fica evidenciado, cada vez mais, a falência das prisões no Brasil. Os presídios estão abarrotados, os detentos encontram-se sem condições mínimas de urbanidade, podendo ser alegado que estão diante de condições que são, resumidamente, impossíveis de se ressocializar um indivíduo. Tais condições faz com que os detentos se revoltam, causem rebeliões, destroem o presídio e causam inúmeros assassinatos, chacinas monstruosas, como já ocorrera diversas vezes no território brasileiro. É por esse motivo que a sociedade em geral continua com o desejo constante de que os presos mantenham-se afastados do seio social, há ainda, aqueles que alegam que o

sofrimento constante em que os detentos são submetidos, como a falta de estrutura básica para o mínimo existencial de uma pessoa, são mais que justos, alegando, inclusive que possuem o desejo de os presos sofram com torturas e açoitamentos diários.

Ser excluído dentro e fora do cárcere causa ao condenado enormes prejuízos, tanto físicos quanto mentais. Por meio de políticas públicas verdadeiramente eficientes, alcançando a conscientização e ressocialização, acarretará, como consequência, a inclusão dos ex-presidiários no meio social pela sociedade. Como destacado no presente trabalho, a possibilidade de aprimoramento da remição de pena através do trabalho e estudo torna-se uma excelente forma de influência e incentivo para os condenados, pois terão como recompensa o desconto em suas penas e podem conseguir uma melhor oferta de emprego ao saírem da prisão.

Para que se alcance de maneira concreta e eficiente a implementação das políticas públicas e, atingindo, assim, a ressocialização dos presos, é necessário um trabalho em equipe, de maneira que todos os envolvidos (Estado, sociedade, Sistema Penitenciário, entre outros), se unam e invistam nesse propósito. A educação deve ser uma meta constante para se investir nos encarcerados, crucial desde a infância e, que muitos são privados devido à realidade em que vivem. A possibilidade do alcance de forma concreta de estudar enquanto preso pode proporcionar um maior interesse, principalmente, se evidente que tal aposta e investimento trará um benefício concreto após posto em liberdade. O Estado, ao melhorar os meios que possibilitam o reingresso de tais indivíduos no seio social, alcançará um benefício em via de mão dupla: para o Estado, o alcance do cumprimento da função da ressocialização da pena e para o ex-detento uma vida digna e louvada com efetivo exercício de sua cidadania.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Fernando. **Execução penal e ressocialização**. Curitiba: Juruá, 2018.

ARAUJO, Maria. As penas proibidas e permitidas, no Brasil, à luz da nossa Constituição Federal. **Migalhas**. 26 mar. 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/constituicao-na-escola/342409/as-penas-proibidas-e-permitidas-no-brasil-a-luz-da-nossa-cf>. Acesso em: 03 fev. 2023.

ASSIS, Rafael. Evolução da ideia de pena humanitária e sua proposta ressocializadora. **DireitoNet**. 18 abr. 2007. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3372/Evolucao-da-ideia-de-pena->

humanitaria-e-sua-proposta-ressocializadora. Acesso em: 13 fev. 2023.

BEZERRA, Raphael. Breve histórico do Sistema Penitenciário e a Constituição Federal de 1988. **Jus.com.br**. 29 jan. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/35961/breve-historico-do-sistema-penitenciario-e-a-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 02 fev. 2023.

BONFIM FILHO, Ernany. **Política pública ressocializadora no sistema carcerário do Distrito Federal**: o trabalho aumenta o índice de ressocialização do interno ou do egresso do sistema penitenciário? Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência) - Centro Universitário UNIEURO, Brasília, 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília: Presidência da República, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm. Acesso em: 07 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Relatórios contendo informações penitenciárias referentes ao contexto nacional. **Gov.br**. 4 jan. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/brasil>. Acesso em: 18 fev. 2023.

COSTA, Bianca. A ressocialização do preso nos presídios brasileiros. **Conteúdo Jurídico**. 24 ago. 2020. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/55120/a-ressocializacao-do-presos-nos-presidios-brasileiros#:~:text=4.1.&text=Ressocializar%20ou%20ressocializa%C3%A7%C3%A3o%20tem%20como,fazer%20parte%20de%20uma%20sociedade>. Acesso em: 28 jan. 2023.

CRUZ, João. Identidade, papéis sociais e criminalidade: abordagens sobre a criminalidade e pobreza no contexto brasileiro. **Âmbito Jurídico**. 1 jul. 2013. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/identidade-papeis-sociais-e-criminalidade-abordagens-sobre-criminalidade-e-pobreza-no-contexto-brasileiro/>. Acesso em: 23 jan. 2024

DORIGON, Alessandro. Exclusão social e o sistema carcerário. **Conteúdo Jurídico**. 27 jan. 2017. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/49032/exclusao-social-e-o-sistema-carcerario>. Acesso em: 02 fev. 2023.

GOUVEA, Viviane. Prisões, presigangas e cadeias na Colônia. **O arquivo nacional e História Luso-Brasileira**. 03 ago. 2018. Disponível em: http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5122:prisoes-presigangas-e-cadeias&catid=64&Itemid=373. Acesso em: 31 jan. 2023.

EDSON JUNIOR; SIQUEIRA, Heloise. O princípio da dignidade da pessoa humana inserido no sistema prisional do Brasil. **O arquivo nacional e História Luso-Brasileira**. 03 out. 2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/o-principio-da-dignidade->

da-pessoa-humana-inserido-no-sistema-prisional-do-brasil/. Acesso em: 31 jan. 2023.

MACHADO, Cristiane. O contexto histórico da lei de execuções penais. **Jus.com.br**. 06 maio 2021. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/90440/o-contexto-historico-da-lei-de-execucoes-penais>. Acesso em: 31 jan. 2023.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Dados sobre população carcerária do Brasil são atualizados. **Gov.br**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2020/02/dados-sobre-populacao-carceraria-do-brasil-sao-atualizados#:~:text=Considerando%20presos%20em%20estabelecimentos%20penas,liberdade%20em%20todos%20os%20regimes>. Acesso em: 18 fev. 2023.

MURARO, Mariel. Sistema prisional brasileiro e direitos humanos. **Jus.com.br**. 2017. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/413681359/sistema-prisional-brasileiro-e-direitos-humanos>. Acesso em: 08 jan. 2023.

NASCIMENTO, Stephany. Sistema carcerário brasileiro: a realidade das prisões no Brasil. **Politize**. 10 mar. 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/sistema-carcerario-brasileiro/#:~:text=3%20%E2%80%93%20Quem%20comp%C3%B5e%20o%20sistema,amarela%20e%200%2C21%20ind%C3%ADgena>. Acesso em: 12 abr. 2023.

NOVO, Benigno. Sistema carcerário brasileiro. **Jus.com.br**. 24 jan. 2018. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/brasil/sistema-carcerario-brasileiro.htm>. Acesso em: 07 jan. 2023.

OLIVEIRA, Claudia. Origem da pena no mundo. **Jus.com.br**. 24 jan. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/63683/origem-da-pena-no-mundo>. Acesso em: 07 jan. 2023.

PESSOA, Helio. Ressocialização e reinserção social. **JusBrasil**. 2015. Disponível em: <https://heliorigaud.jusbrasil.com.br/artigos/201967069/ressocializacao-e-reinsercao-social>. Acesso em: 07 jan. 2023.

PICOLOTTO, P. **Ressocialização de apenados?** A magnitude da aplicação do ensino no ambiente prisional. Tese (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2019.

ROSSINI, Tayla. O sistema prisional brasileiro e as dificuldades de ressocialização do preso. **DireitoNet**. 06 jan. 2015. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8784/O-sistema-prisional-brasileiro-e-as-dificuldades-de-ressocializacao-do-preso>. Acesso em: 07 jan. 2023.

SILVA, C. **Perspectiva de egresso do sistema prisional em relação à vida em sociedade após o cumprimento da pena**. Tese (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Direito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

SILVEIRA, LUIZ Desconfiança e preconceito da sociedade dificultam ressocialização de presos. **Senado Notícias**, 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/desconfianca-e-preconceito-da-sociedade-dificultam-ressocializacao-de-presos>. Acesso em: 18 fev. 2023.

VASCONCELOS, Israel. O sistema penitenciário brasileiro no ordenamento jurídico nacional. **Jus.com.br**. 28 jun. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/58820/o-sistema-penitenciario-brasileiro-no-ordenamento-juridico-nacional>. Acesso em: 07 fev. 2023.